



VULNERÁVEIS: ENFOQUES NARRATIVOS SOBRE A COVID-19 NA REVISTA RADIS.

VULNERABLE: NARRATIVE
APPROACHES TO COVID-19 IN RADIS
MAGAZINE.

Daniela Borcezi
Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG
<https://orcid.org/0000-0001-7172-3247>



Editores do dossiê:

Vinicius Denardin Cardoso (<https://orcid.org/0000-0003-4669-4290>)

Isabella Coutinho Costa (<https://orcid.org/0000-0002-2586-8928>)

Resumo: Neste estudo propõe-se discutir a cobertura jornalística acerca da Covid-19, com foco nas comunidades mais vulneráveis à doença. Para isso, a pesquisa delimitou-se em duas reportagens da revista Radis – Vulnerabilidades que aproximam – e Favelas contra o vírus. No percurso metodológico foi aplicado a narratologia, para identificar os personagens e o enquadramento do problema de saúde pública. Com a análise foi possível constatar abordagens jornalísticas focadas na vida cotidiana do “homem comum”, e o nível de abrangência das políticas públicas sociais, desde as aldeias indígenas até as periferias.

Palavras-chave: Covid-19. Radis. Narratologia. Vulneráveis.

Abstract: In this study it is proposed to discuss the news coverage about Covid-19, with a focus on communities most vulnerable to the disease. For that, the research was limited in two reports of the magazine Radis - Vulnerabilities that approach - and Favelas against the virus. In the methodological path, narratology was applied to identify the characters and the framework of the public health problem. With the analysis it was possible to verify journalistic approaches focused on the daily life of the common man, and the level of coverage of social public policies, from indigenous villages to the peripheries.

Keywords: Covid-19. Radis. Narratology. Vulnerable.

Errata: Esta publicação foi alterada em seu conteúdo a pedido da autora. No texto foram atualizadas as referências bibliográficas, as quais foram adequadas às normas deste periódico científico. As citações diretas e indiretas foram reescritas nos subtítulos: "Construção de Personagens", "Conflitos", "Estratégias Comunicativas" e "Referências". Desde a primeira página foi referenciada a autoria do termo "homem comum".

Errata: This publication has been changed in its content at the request of the author. Bibliographic references have been updated in the text, which have been adapted to the norms of this scientific journal. The direct and indirect citations were rewritten in the subtitles: "Character Construction", "Conflicts", "Communicative Strategies" and "References". From the first page, the term "common man" was referenced.



ISSN: 1981-4127

INTRODUÇÃO

A ausência de cobertura de políticas públicas em comunicação, nas diversas regiões brasileiras, desafiam jornalistas e comunicólogos na produção de pluralidade informativa, principalmente na área da saúde. Ao explorar a discussão para esse tema específico, fica evidente o quanto o problema necessita de atenção política na atual conjuntura socioeconômica, atravessada pela pandemia da Covid-19. Em 2019, por exemplo, o Atlas da notícia fez levantamento dos municípios brasileiros que não possuem nenhum veículo jornalístico, totalizando 37 milhões de pessoas que vivem nos chamados deserto de notícias², com destaque para a região Nordeste que não têm cobertura local em 73,5% municípios (PROJOR, 2020).

Durante à pandemia, os problemas de comunicação em saúde se intensificaram nos locais mais vulneráveis à falta de informação. A Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e o Interozes (Coletivo Brasil de Comunicação Social) realizam pesquisa junto a comunidades quilombolas sobre a obtenção de informações da Covid-19, em 11 estados e cinco regiões brasileiras. Os dados apontam a dependência de informações de TVs, rádios privados e acesso às redes sociais de modo precário³, devido à falta de energia elétrica (BORGES et al., 2020).

No contexto da atual crise sanitária, considera-se pertinente rememorar a perspectiva histórica de comunicação e saúde, áreas que são marcadas pelo discurso interdisciplinar desde o início do século XX. Época em que o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) institucionalizou atividades educativas e propagandas sobre os problemas sanitários no Brasil. No entanto, os avanços para o reconhecimento de vínculo de ambas as áreas ocorreu com o Movimento da Reforma Sanitária na década de 1970, no qual profissionais de saúde reivindicavam a reformulação de um novo sistema único de saúde, o SUS. Como também houve aproximação acadêmica das ciências de comunicação e saúde, cursos de especialização e a inclusão do tema nas Conferências Nacionais de Saúde (CNS) (ARAÚJO, CARDOSO, LERNER; 2007).

A partir da Constituição Federal de 1988, o acesso à saúde pública foi assegurado a todos os cidadãos, sob os princípios de universalidade,

1 Termo utilizado por Xavier (2006) em comunicação e saúde.

2 Cidades pequenas com média de 7.100 habitantes. Em dados gerais, esses locais correspondem 62,6% dos municípios brasileiros.

3 Em Vila Velha do Cassipore, por exemplo, é comum a utilização do rádio a pilha.

equidade, integralidade, regionalização e hierarquização, descentralização e participação popular. Cardoso e Rocha (2018), propõem que esses princípios do SUS sejam pensados e praticados na comunicação em saúde.

O direito universal à comunicação, que articula o direito à informação ao direito à palavra nos espaços públicos de debate, tecnologicamente mediados ou não. **Equidade** na comunicação, reconhecendo que entre a extrema concentração de riquezas materiais e simbólicas que caracteriza o Brasil, a da palavra está entre as mais gritantes, comprometendo a democracia – que não existe sem pluralidade, reconhecimento e visibilidade de sujeitos políticos e a efetiva conquista dos direitos de cidadania, entre eles o da saúde. Falamos da concentração dos meios de comunicação, mas não só. São muitas as vozes que encontram condições bastante adversas para serem ouvidas em instituições e mesmo em conselhos e conferências de saúde. A **integralidade**, inspirada nos níveis de atenção à saúde, permite reforçar a inteireza do circuito comunicativo, tão mais importante pela primazia que a produção (“o polo emissor”) detém nas práticas da saúde. Os debates e as conquistas que articulam as muitas faces da integralidade e do cuidado também colocam em primeiro plano outros princípios que são caros para quem concebe a comunicação como relação dialógica, como o reconhecimento da inteireza e a escuta do outro. **Descentralização e participação**, princípios transversais, estão fundamentalmente vinculados à desconcentração de poder. Como tal, sua conquista e exercício se dão não só nos conselhos e conferências, mas no cotidiano de ações serviços e demais instituições de saúde (CARDOSO; ROCHA, 2018, p. 1873, grifo nosso).

Esse quadro de referência, em comunicação, vem ao encontro das discussões dos fóruns em saúde promovidos por instituições públicas e sociedade civil, nos últimos anos, acerca do direito à informação. Na 15ª Conferência Nacional de Saúde, a carta aberta defendeu a comunicação enquanto direito humano, e “a construção coletiva de estratégias e materiais informativos e educativos que reconheçam e expressem a diversidade dos/as cidadãos/as e seus respectivos contextos culturais e histórias de vida” (ICICT/FIOCRUZ, 2015, p.2). No relatório da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde foram destacadas a legislação e políticas de comunicação brasileira marcadas pelo oligopólio privado, acesso reduzido da internet, falta de comprometimento da mídia com as pautas em saúde pública, além da ausência de políticas públicas para radiodifusão comunitária (CNS, 2017).

Face ao exposto e as inquietações sobre os problemas de comunicação

em saúde, instiga-se sobre a cobertura jornalística com foco nas regiões e grupos mais vulneráveis à Covid-19. Para atender esse objetivo, a pesquisa debruçou-se nas reportagens produzidas pela revista Radis, edição nº 212 de maio de 2020, Vulnerabilidades que aproximam e Favelas contra o vírus. Considera-se que o periódico tem uma política de comunicação direcionada para os princípios da Reforma Sanitária e do Sistema Único de Saúde (SUS). Desse modo, é analisado o perfil dos personagens que foram retratados nas notícias; e o enquadramento deste problema de saúde nas comunidades mais vulneráveis. Neste primeiro momento da pesquisa é apresentado o contexto de desenvolvimento da Radis, com reflexões sobre seu lugar de fala e a construção de memórias em saúde pública. Posteriormente, a discussão estende-se para agenda social e análise narratológica das reportagens sobre a Covid-19.

A Radis

A revista Radis⁴ é produzida e veiculada, desde 2002, pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Caracterizada por um espaço de comunicação em saúde com viés jornalístico, o mesmo pode ser refletido sob dois lugares de fala, concebidos por Xavier (2006) – “comunicação em saúde” e “saúde na mídia”. O primeiro diz respeito ao âmbito institucional, à comunicação pública advinda do Estado e do governo. Nesse sentido, a revista Radis trabalha em parceria com as instituições de ensino e pesquisas em saúde pública, sendo um periódico financiado com recursos públicos e distribuídos, gratuitamente, na versão impressa e/ou online. “A comunicação em saúde tem, portanto, um lugar de fala muito preciso e alguns importantes instrumentos, pelos quais é capaz de induzir muita reflexão, mas alcançar pouca repercussão e abrangência” (XAVIER, 2006, p.44).

É importante pontuar que a Radis, ao longo dos seus 18 anos, vem investindo na comunicação pública, pois hoje, a publicação impressa é enviada para mais de 118 mil assinantes em todos os municípios brasileiros. Conforme descrito em sua política editorial, o acesso gratuito da revista está em sintonia com os princípios da Constituição Federal de que “saúde é direito de todos e dever do Estado” (RADIS, 2018).

Ainda assim, os esforços da revista para manter diálogo com o público foram intensificados em julho de 2019, quando a mesma amplia sua presença

4 Radis (Reunião, análise e difusão de informações em saúde pública). O Programa Radis publicou a revista Súmula e Tema (1982 até 2002), Dados (até 1996), e o periódico Proposta – O Jornal da Reforma Sanitária (1986 e 1993), que foi renomeado em Jornal do Radis (1994) (RADIS, 2018).

na internet com a área do assinante. Essa medida, segundo o coordenador do programa da revista, reforça a defesa da comunicação pública, pois com a redução de verbas públicas na ciência há cortes em atividades relevantes da saúde. Nesse sentido, a internet pode colaborar na ampliação do alcance da revista (LANNES, 2019).

De outro modo, Xavier (2006) nos faz refletir a saúde na mídia, ao referir-se às várias maneiras que o conceito de saúde é apropriado pelos tradicionais meios de comunicação, os quais, geralmente, não se atêm aos preceitos do SUS e da Organização Mundial de Saúde (OMS). Embora haja diferenças entre os dois campos de comunicação, o autor observa certas semelhanças, tais como a desigualdade de acesso midiático, com exceção da TV aberta, que tem maior abrangência social. E ainda destaca a ausência de representatividade do cidadão, enquanto sujeito da comunicação. “Em ambos os campos, o foco não é o sujeito, ainda que o de alguns discursos o sejam. Quer nas instâncias governamentais e institucionais, quer nas grandes mídias, o cidadão, o ‘homem-comum’” (XAVIER, 2006, p.46).

Essa é uma das características que marcam as reportagens da Radis – a presença do cidadão nas questões que envolvem os problemas em saúde pública. Nas capas da revista, conforme ilustrado na figura 1, é possível observar o destaque dado a personagens e assuntos, que geralmente são negligenciados pela grande imprensa. Aqui, vale mencionar, as matérias correspondentes a luta dos indígenas e quilombolas na demarcação de terras e melhores condições sanitárias em suas comunidades. A atenção básica do sistema de saúde para as populações ribeirinhas, no norte do país, como a implantação da unidade básica de saúde (UBS) fluvial. E a eliminação de doenças tropicais, tal qual o tracoma, que causa cegueira em crianças na Amazônia.

Figura 1: Capas de 2019.



Fonte: Site da Radis.

Todas as edições da revista são disponibilizadas no site da Radis para consulta, contribuindo para a construção da memória coletiva sobre o SUS e na defesa da comunicação pública em saúde. Nessa perspectiva Machado, Borges e Ribeiro (2019) acreditam que o acesso público ao acervo da revista viabiliza o debate democrático no campo da saúde. E produz uma memória dialogada com os fundamentos de um Estado democrático de direito, “garantindo informação e possibilitando a prática de ações que visem a democratizando a comunicação. Este é o lugar de fala – e também o lugar político – que a revista faz questão de demarcar para si’ (MACHADO, BORGES, RIBEIRO; 2019, p. 252).

Um espaço que, atualmente, constrói e memoriza a crise sanitária brasileira da Covid-19. As reportagens, apresentadas neste trabalho, fazem parte dos primeiros textos produzidos pela revista sobre o tema. No site também há uma seção especial – coronavírus, a qual têm entrevistas e orientações com especialistas. Os cuidados com a distribuição da revista impressa e manuseio pelos leitores são descritas no editorial. “Antes de folhear a Radis, descarte o plástico que envolve a revista e lave bem as mãos. Estamos juntos no enfrentamento à Covid-19 e na luta contra a desigualdade. Boa leitura” (RADIS, 2020, p.3).

O jornalismo com foco na agenda social

A pandemia da Covid-19 teve grande amplitude midiática dos últimos tempos. A novidade da descoberta do vírus e a rápida proliferação da contaminação no país ganhou as páginas dos jornais diários. Desde o início de 2020, pode-se dizer que vivemos num intenso agendamento midiático em saúde, impactando e modificando toda e qualquer rotina humana. O senso de orientação sobre higienização e medidas de prevenção se tornam pautas essenciais nos meios de comunicação. Segundo pesquisa do DataFolha⁵, programas jornalísticos de TVs (61%), jornais impressos (56%), programas jornalísticos de rádio (50%) e site de notícias (38%) foram apontados pela população como os meios mais confiáveis para obter informações sobre o vírus. Somente 12% disseram confiar em mensagens compartilhadas por aplicativos e redes sociais.

Em meio a inúmeras informações e dados que a imprensa nos faz pensar sobre a pandemia, cabe refletir acerca do enquadramento jornalístico das notícias, de sobremaneira os problemas da agenda social. Ao discutir o perfil

⁵ Pesquisa Datafolha feita por telefone de 18 a 20 de março com 1.558 entrevistados em todas as regiões do país que possuem telefone celular. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos (MARQUES, 2020).

geral da imprensa, Canellas (2008) acredita que a mesma tende a manter o status quo e dar visibilidade as anomalias sociais, sem pautar-se na singularidade dos fatos.

É natural, portanto, que a reduzida agenda da imprensa gravite sempre em torno dos mesmos temas e do mesmo tipo de enfoque, reverberando escândalos e denúncias, mas deixando de tocar em questões realmente importantes, justamente aquela que são tão caras à agenda social. (CANELLAS, 2008, p.106)

Para o autor, existe certa banalização dessas temáticas na imprensa e perda do ineditismo dos problemas da agenda social. Cita por exemplo a violência urbana, pobreza, o trabalho infantil, conflitos fundiários, entre outros. Portanto, considera que o vigor informativo desses assuntos não pode ser reduzido aos velhos clichês e na repetição dos mesmos enquadramentos midiáticos.

Essas considerações são reforçadas por Ijuim (2017), quando afirma que os fenômenos sociais são ignorados nas notícias em razão do imediatismo, simplificando reflexões abrangentes sobre os temas. Nisso, o autor aponta três situações em que o jornalismo precisa ser humanizado, quando: 1) caricaturiza o ser humano (estereótipos e estigmas), 2) ignora a complexidade dos fatos e 3) não reconhece ou não se comunica com o outro (diferenças socioculturais). “Essas três situações parecem destoar, de um lado, das noções sobre o seu papel, seja de direito à informação ou de formação de opinião” (IJUIM, 2017, p.242).

Tais afirmações vêm ao encontro dos anseios desta pesquisa, pois busca-se olhar para as notícias focadas na Covid-19 e a abordagem singular do acontecimento jornalístico. Nisso, cabe investigar: Quais são os personagens retratados durante a pandemia? E como as políticas públicas são tratadas neste cenário emergencial? Para isso foram selecionados duas reportagens da edição especial da revista Radis – Nós, os Vulneráveis. Ao todo, a edição produziu quatro matérias sobre a temática, das quais duas são entrevistas. Contudo, o recorte da pesquisa está delimitada somente nas reportagens, considerando o gênero textual híbrido (jornalismo informativo e literário) para análise dos recursos linguístico e extralinguístico do texto.

O percurso metodológico segue o viés da análise pragmática da narrativa jornalística, a qual permite observar os textos enquanto “jogo de linguagem, como ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação

jornalística” (MOTTA, 2005, p.4). Desse modo, o autor sugere seis movimentos definidos na narratologia e aplicados a esta pesquisa: 1) Reconstituição do fato jornalístico (história é recontada em linhas gerais), 2) Conflito (apresentação das anormalidades social, situação problema ou interesses contraditórios), 3) Personagens (construção de imagem, a percepção do narrador sobre o receptor), 4) Estratégias comunicativas (objetividade e subjetividade), 5) Contrato cognitivo (enquadramento ou abordagem jornalística) e 6) metanarrativas (moral da história). Portanto, a releitura e análise das reportagens da Radis foram descritas com base nesses movimentos da narratologia, conforme é apresentado na seção a seguir.

As reportagens da Radis em tempo de pandemia

Reconstrução do acontecimento

No texto –Vulnerabilidades que aproximam – produzida pelo jornalista Luiz Felipe Stevanim, em maio de 2020, são relatados os impactos da Covid-19 nas aldeias indígenas, do extremo norte de Minas Gerais, e de pessoas que vivem em condições de rua nos grandes centros urbanos: Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Belo Horizonte. Na outra matéria – Favelas contra o vírus – a jornalista Ana Cláudia Peres enfatiza os problemas cotidianos da pandemia na periferia carioca. Na revista são abordadas as populações brasileiras que enfrentam o coronavírus em meio à desigualdade social, ausência de direitos básicos, como saneamento básico, moradia, emprego e comunicação do Estado.

Construção de Personagens

As reportagens são marcadas pelo testemunho de ativistas, membros da sociedade civil, profissional de saúde e cidadão comum, que vivenciam a precariedade no sistema público de saúde desde outrora. Isso pode ser constatado através das expressões usadas “fique em casa” por “fique na aldeia” na matéria –Vulnerabilidades que aproximam – para retratar a luta do povo indígena na demarcação de terras desde a era colonial. Célia Xakriabá, líder indígena do município de São João da Missões, Minas Gerais, nos diz:

[...] ‘Fique em casa’ é ‘Fique na aldeia’. É muito mais uma reflexão sobre ‘Fique na sua primeira casa’, que é nosso próprio corpo, para repensar o comportamento do nosso ser no mundo. [...] É uma guerra civilizatória que requer outro modo de vida (STEVANIM, 2020, p.10).

Na retratação dos personagens impactados pela pandemia, a reportagem aborda o aspecto sociocultural e os desafios a serem

enfrentados pelas comunidades. A líder indígena relata a falta de controle de disseminação do vírus nas aldeias⁶, considerando que os índios convivem coletivamente e compartilham utensílios. Posto que os equipamentos de proteção individual (EPIs) são desconhecidos pelos indígenas e os materiais informativos disponibilizados na internet, não possuem linguagem acessível para todos.

Além do mais, a reportagem nos faz refletir quem são as populações mais vulneráveis em tempos de pandemia. Nesse contexto, os grupos atingidos pelo vírus não se restringem a pessoas que se encontram à margem da sociedade, mas de quem têm doenças crônicas ou autoimune, e os profissionais de saúde que estão mais expostos ao vírus. Marina Guimarães, médica do Centro de Saúde do Conjunto Paulo VI, na periferia de Belo Horizonte relata suas preocupações.

A sensação de impotência e vulnerabilidade é muito grande. Não tem o que eu faça. É diferente de um surto de dengue, que é muito material: eu vou lá, oriento as pessoas e me protejo. Só que com esses vírus, não sabemos [...]

Eu não tenho medo de ir trabalhar. Tenho medo de estar assintomática passando para as pessoas. [...] (STEVANIM, 2020, p.16-17).

Da mesma forma, o jornalismo humanizado está presente na reportagem Favelas contra o vírus, quando a revista descreve o post-desabafo da moradora do Morro da Mangueira, Kely Louzada, sobre os problemas de isolamento em comunidades sem ventilação e becos apertados (PERES,2020, p.20).

Existe um plano para que os moradores das comunidades também possam enfrentar o coronavírus ou a escolha é seletiva? [...]

Não esqueçam que, se esse vírus chegar às favelas e comunidades de nossa cidade, a contaminação será em massa, sem fazer distinção entre ricos e pobres [...]

Segundo a reportagem, o texto viralizou nas redes sociais e houve mais vozes das periferias reivindicando abastecimento de água, alimentação e produtos de higiene. O comunicador popular do Moro da Maré, Cosme Fellippsen, questionava: “Como ficar nessa situação de contágio sem lavar as mãos ou limpar a casa?” (p.22). Demais indagações, acompanhadas de dúvidas e medos, foram apontadas na periferia.

6 A primeira morte indígena, por Covid-19, foi de um adolescente yanomami no município de Boa Vista (RR) (STEVANIM, 2020).

Gisele Martins, jornalista e moradora do Moro da Maré:

Aqui na Maré, nos primeiros dias, vivenciamos o pânico de não saber lidar com a situação, inúmeras dúvidas surgiram sobre os sintomas e como cuidar de si, da família, da casa. [...] Ou como evitar aglomeração, se já vivemos em casas com grandes aglomerações, muitas delas sem qualquer tipo de ventilação? (PERES, 2020, 22).

Yane Mendes, criadora da Rede Tumulto e moradora da favela do Totó:

Para quem já vivencia tanto a violência, é muito difícil acreditar que existe agora mais uma maneira de morrer [...]. Se essa doença tivesse marcado a periferia antes de chegar na classe média, não teria nem 10 minutos de espaço numa TV aberta [...] (PERES, 2020, 24).

Os depoimentos aclamam por medidas governamentais e soluções para os problemas recorrentes nas favelas cariocas. Os moradores buscam proteção do Estado e condições mínimas para enfrentar o vírus, além de enfatizarem o abismo social vivenciados durante a pandemia.

A construção das narrativas, por meio do relato testemunhal, revelam as características particulares dos personagens e de suas necessidades singulares. São vozes que contrastam com as representações midiáticas urbanas sobre a Covid-19. Parafraseando Ijuim, pode-se dizer que os personagens não foram caricaturizado nesse fenômeno social, ao contrário, houve reflexões sobre estereótipos e estigmas dos grupos vulneráveis em plena pandemia, ou seja, a narrativa reconheceu e se comunicou com o outro.

Conflitos

Ambas as reportagens enquadram lacunas nas políticas públicas em saúde, afetando principalmente regiões pobres e grupos étnicos em situações emergenciais. Importante observar que, as narrativas correlacionam a saúde com demais políticas sociais e apontam as divergências enfrentadas pelas comunidades. Nas aldeias, por exemplo, o problema da Covid-19 se estende para além da contaminação, mas da ameaça de conflitos territoriais, conforme descrito Célia Xakriabá.

[...] Além da covid-19, os povos precisam enfrentar o avanço sobre suas terras, que não cessou com a quarentena. [...] 'Se as pessoas não entenderem a importância de cuidar dos povos indígenas agora, todos aqueles que sobreviverem vão ter que enfrentar outra guerra respiratória, que são as mudanças climáticas. Porque somos nós que protegemos a

maior biodiversidade do planeta' [...] (STEVANIM, 2020, p.13).

Paralelo a essa realidade, no mundo suburbano, os conflitos para combater o vírus aparecem na ineficiência de políticas de alojamento para as pessoas que vivem em situação de rua, segurança alimentar e saneamento básico. Problemas que também afetam moradores da periferia, que convivem com a falta de abastecimento de água diariamente.

Gisele Martins, jornalista e moradora do Moro da Maré:

[...] Como garantir medidas de higiene, como lavar as mãos a cada duas horas, se muitas favelas não têm água? [...] E se falta dinheiro para alimentação, como comprar álcool em gel ou álcool 70%, quando se sabe que, em tempos de pandemia, uma embalagem do produto chega a ser vendido por 15 reais? (PERES, 2020, p.22).

Débora Noal, psicóloga sanitária:

Lidar com as desigualdades é o maior desafio da pandemia [...] enquanto para uma parcela da sociedade a preocupação é com o crescimento da curva de contágio pelo vírus, as pessoas que vivem na rua se preocupam muito mais com a sobrevivência no presente. 'Quem tem fome, tem fome hoje, não é amanhã ou daqui a duas semanas. Esse é o desafio trazido pela pandemia: Como lidar com políticas públicas que são de hoje para hoje, têm que ser pensadas agora, com necessidades muito práticas?' [...] (PERES, 2020, p.15).

Dessas acepções narrativas, pode-se dizer que o jornalismo identifica os conflitos emergidos durante a pandemia, e os problemas submersos ao longo dos anos, como ausência de responsabilidade do Estado na proteção dos direitos básicos aos grupos mais vulneráveis. Trata-se de uma cobertura jornalística pautada em políticas públicas sociais, ou seja, os fatos não são narrados isoladamente, mas tecidos enquanto uma sucessão de eventos conexos que eclodiu com a pandemia.

Estratégias comunicativas

Dos recursos (extra) linguísticos observados nas reportagens, destacam-se a referencialidade aos personagens, que ocupam um lugar de fala privilegiado nas narrativas, produzindo a sensação de proximidade entre fonte e leitor. A linguagem apelativa é substituída por relatos humanizados, que estão expressas nas ações proativas de combate ao vírus nas próprias comunidades, advindas das mobilizações sociais com Organizações não governamentais (ONGs) e ativistas. É enfatizado o senso solidário do “homem

comum” que vive nas aldeias, ruas e favelas, conforme descrito a seguir.

Célia Xakriabá, líder indígena do município de São João da Missões, Minas Gerais:

[...] todo esforço é para não chegar o primeiro caso. ‘Depois que chega, se alastra de uma forma muito violenta e perigosa e não temos estrutura para lidar com isso’ [...] A Apib também articulou com governadores estaduais uma carta com estratégias para a proteção aos povos indígenas de todo o Brasil [...] (STEVANIM, 2020, p.13).

Vanilson Torres, conselheiro nacional de saúde e integrante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR):

A gente tem que pensar antes, durante e pós-pandemia. Estou preocupado sobre como essa situação vai impactar diretamente nas ruas do Brasil. As pessoas não conseguirão pagar seus aluguéis e algumas terminaram nas ruas [...] ‘A solidariedade não pode entrar em quarentena’ para arrecadar doações como alimentos e material de higiene [...] (STEVANIM, 2020, p.15)

Aparecida Maria, coordenadora do coletivo As Comadres e moradora de Nova Iguaçu:

Depois de arrecadar as doações, ela mesma compra os mantimentos e embala um a um com toda a higienização necessária para depois distribuir no portão de casa, sem contato direto. Tem funcionado. Em suas cestas, o sabão feito com soda cáustica e óleo de cozinha produzido pelas próprias moradoras da comunidade é item indispensável. ‘Aqui sempre funcionou assim. Quando uma está apertada em alguma coisa, pede socorro e aí vai ligando para a outra até conseguir ajuda, resolver aquela demanda, suprir o que falta. Agora não poderia ser diferente’ (PERES, 2020, p. 25).

Pode-se considerar que as narrativas não estão focadas na dramatização dos fatos, ao contrário disso, elas pautam atos de coragem e resistência das comunidades frente ao problema de saúde pública. A ausência de ações emergenciais do Estado nas periferias, por exemplo, fez com que ONGs e os coletivos das comunidades, se mobilizassem nas campanhas de arrecadação de alimentos e na propagação de informações sobre o vírus. O senso de solidariedade também se demonstrou presente na linguagem dos informativos, a qual foi adaptada à realidade social dos moradores das favelas, que não sabem ler e escrever⁷.

⁷ Exemplo disso foi a utilização da batida do funk, como modo de informar o contágio da Covid-19. “Tá ligado no coronavírus? Deixa eu te passar a visão / Essa doença triste que afetou nosso mundão/[...] Evite sair de casa para não ter aglomeração” (PERES, 2020, p. 23).

Nesse movimento narrativo, as citações recorrentes dos personagens conferem veracidade aos fatos, e “são utilizadas para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam, que o jornalista não está intervindo” (MOTTA, 2005, p.10). Do mesmo modo, a ideia de transmitir rigor as informações estão presentes na divulgação de números. Especificamente nas reportagens analisadas não foram identificados o uso excessivo de desse recurso linguístico. No entanto, o texto convida o leitor a conferir alguns dados da pandemia. Essa representada pela pesquisa Data Favela, a qual revelou alto índice de trabalhadores informais nas favelas e apontou que, 86% dos moradores podem passar fome, se não houver medidas emergências. Além do mais, são divulgados os primeiros contágios da Covid-19 e mortes⁸ nas comunidades, e o posicionamento do poder executivo municipal e nacional no combate ao vírus. Em contraste com a proatividade das comunidades no enfrentamento da doença.

Ao examinar as reportagens e seus recursos (extra) linguísticos, sobressai nos textos o “lugar empírico”⁹ oferecido ao leitor, ou seja, a observação da realidade por meio das histórias contadas pelos personagens. O jornalismo humanizado em sintonia com a vida do “homem comum”, que até então estava invisível para muitos brasileiros durante a pandemia. Para Ijuim (2017, p.9), o jornalismo deve olhar a complexidade dos fatos “de forma compromissada e solidária aos valores universais, identificada com a sociedade”, fornecendo proximidade com o leitor.

Relação comunicativa e contrato cognitivo

As reportagens Vulnerabilidade que aproximam e a Favela contra o vírus possuem enquadramento jornalístico direcionado para as políticas públicas sociais, pois a abordagem contextualiza os problemas das distintas realidades brasileiras, na perspectiva de tocar em feridas sociais que perduram ao longo dos anos, mas que sobressaltam com a pandemia. É habitual na grande mídia a banalização ou silenciamento dessas questões, principalmente quando envolve conflito de terra indígena e melhores condições de saneamento básico e moradia nas favelas. Interessante observar que o foco das reportagens estiveram centralizadas nas mobilizações comunitárias, nas organizações da sociedade civil e do “homem comum” sobre os impactos da Covid-19. Abordagens incomuns na grande imprensa e nos temas voltados para a saúde pública.

8 Primeiro caso do vírus é confirmado no Morro da Mangueira e a morte de uma empregada doméstica no Rio de Janeiro.

9 Termo utilizado por Motta (2005), ao referir-se às narrativas jornalísticas e seus efeitos de realidade. O jornalismo opera uma mediação linguística e temporal.

Metanarrativas (Moral da história)

As reportagens nos apresentam realidades distintas sob o aspecto econômico e sociocultural, mas o pânico e as incertezas frente à pandemia atingem todas as regiões, etnias e classes sociais. No entanto, o problema sanitário afeta principalmente os grupos mais vulneráveis, os quais não têm acesso à água, saneamento básico e demais direitos sociais que garantam proteção mínima contra a Covid-19. Desigualdades que aproximam diferentes comunidades brasileiras nas lutas por melhores condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Radis é possível notar uma cobertura jornalística voltada para o interesse público, com assuntos raramente abordados na grande mídia e nos periódicos de comunicação e saúde. Trata-se de uma revista especializada, mas não limitada aos jargões científicos e a fontes institucionalizadas. Ao contrário disso, as reportagens Vulnerabilidades que aproximam e Favelas contra o vírus, nos revelam narrativas pautadas no “homem comum” e na ausência de políticas públicas sociais em meio à pandemia da Covid-19. Esse tipo de enquadramento jornalístico nos faz refletir sobre os casos da doença no país, considerando que não se trata apenas de mais um número nas estatísticas, mas de vidas que, por muitas vezes, podem ser encontradas em situações de vulnerabilidades.

Cabe ressaltar, as contribuições metodológicas da narratologia para o desenvolvimento deste trabalho, pois nos possibilita enxergar de forma minuciosa as características dos personagens e relatos noticiados, sob o enfoque da agenda social e do jornalismo humanizado. Com destaque para abordagem crítica da ausência do Estado nas ações emergenciais e o retrato de um Brasil desigual.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I., CARDOSO, J. e LERNER, K. Comunicação e saúde: um olhar e uma prática de pesquisa. Revista ECO-PÓS, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 79-92, julho 2007. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1042/982>. Acesso em: 22.maio.2020.

BORGES, L. et al. Como os quilombolas estão atravessando a pandemia no Brasil. Terra de Direitos, 10 de maio de 2020. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/como-os-quilombolas-estao-atravessando-a-pandemia-no-brasil/23298>>. Acesso em: 15.jul.2020.

CANELLAS, M. Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. In:

- CANELA, G. (Org.) Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CARDOSO, J. M.; ROCHA, R. L. Interfaces e Desafios Comunicacionais do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.23, n.6, p.1871-1880, março 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1871.pdf>>. Acesso em: 10.maio.2020.
- CNS. Relatório Final. Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde, Brasília, 1, 2017, p.1-53. Disponível em: < https://conselho.saude.gov.br/images/RELAT%C3%93RIO_CONFER%C3%8ANCIA_LIVRE_COMUNICA%C3%87%C3%83O_EM_SA%C3%9ADE_WEB.pdf>. Acesso em: 1.maio.2020.
- ICICT/FIOCRUZ. Carta aos/às participantes da Conferência nacional de saúde. Direito à comunicação e informação para consolidar a democracia e o direito à saúde, 15, Rio de Janeiro, 2015, p. 1-4 Disponível em:<https://pensesus.fiocruz.br/sites/pensesus.fiocruz.br/files/Carta_comunicacao_informacao_15CNS_final.pdf>. Acesso em: 1.maio.2020.
- JUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). *Verso e Reverso*, Rio Grande do Sul, v.31, n. 78, p. 235-243, dezembro 2017. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/ver.2017.31.78.07/6252>>. Acesso em: 10.jun.2020.
- LANNES, R. Site da Radis permite maior autonomia para o leitor. *Radis*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/noticias/area-do-assinante>>. Acesso em: 10.maio.2020.
- MACHADO, I.B.; BORGES, W.C; RIBEIRO, A.P.G. Saúde e Memória nas Páginas da Radis: O Passado se faz Presente. *Revista Mídia e Cotidiano*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 231-255, abril 2019. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/28121/16504>>. Acesso em: 10.jun.2020.
- MARQUES, J. TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 de março de 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 1.maio.2020.
- MOTTA, L. G. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005. Anais... São Paulo, 2005. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 10.jun.2020.
- PERES, A.C. Favelas contra o vírus. *Radis*, Rio de Janeiro, n.212, maio/2020. Saúde nas comunidades, p.20-25. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/todas-as-edicoes/212>>. Acesso em: 1.jun.2020.
- RADIS. Programa Radis. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/programa-Radis#access-content>>. Acesso em 10.jun.2020.
- PROJOR. Atlas da Notícia. Os Desertos de Notícia no Brasil. Brasil, 2020. Disponível em:<

<https://www.atlas.jor.br/>>. Acesso 15.jul.2020.

STEVANIM, L.F. Vulnerabilidades que aproximam. Radis, Rio de Janeiro, n. 212, maio/2020. Capa, p.10-17. Disponível em: < <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/todas-as-edicoes/212> >. Acesso em: 1.jun.2020.

XAVIER, C. Mídia e saúde, saúde na mídia. In: Santos, A. (Org.). Caderno mídia e saúde pública. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública/Funed. v.1, p.43-55, dezembro 2006. Disponível em: <http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/06/caderno_midia_e_saude_publica.pdf>. Acesso em 2.jun.2020.